

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Fux abre caminho para questionar delação de Cid

Ministro também admitiu rever penas dos condenados pelo 8 de janeiro

/ JUSTIÇA

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), expôs ao longo desta semana discordâncias em relação a posicionamentos do ministro Alexandre de Moraes nos processos relativos aos ataques de 8 de janeiro de 2023 e à trama golpista de 2022.

Foram as primeiras discordâncias de Fux e uma quebra da unanimidade da Primeira Turma em torno do relator Moraes nos casos mais rumorosos do bolsonarismo sob análise no colegiado.

As manifestações de Fux durante o julgamento finalizado nesta quarta-feira que tornou réus o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros sete denunciados pela trama golpista devem ser exploradas pelas defesas, incluindo a delação do tenente-coronel Mauro Cid, o fio condutor da acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR).

Até o momento, Fux manifestou preocupações sobre a tipificação de delitos - ou seja, a categorização dos crimes - definidos pela PGR, o fato de casos serem processados pelo Supremo e também pela Primeira Turma, e não pelo plenário no caso da trama golpista, além dos tamanhos das penas que poderão ser aplicadas em caso de condenação.

A discordância já apareceu na véspera do julgamento. Na segunda-feira, o ministro suspendeu o julgamento da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, que pichou



Luiz Fux manifestou preocupações sobre a tipificação de delitos

“perdeu, mané” na estátua “A Justiça” durante os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023.

De início, segundo assessores próximos a Fux, a medida teria sido uma forma de tentar baixar a tensão em torno da corte, que vem sofrendo críticas pelo caso.

No entanto, para além disso, Fux passou a refletir sobre alguns pontos das discussões em torno desses casos diante de críticas da opinião pública e de parte da comunidade jurídica, especialmente de advogados criminalistas.

Nesta quarta, ele disse durante a sessão: “Julgamos sob violenta emoção após a verificação da tragédia do 8 de janeiro. Eu fui ao meu ex-gabinete, que a ministra Rosa (Weber) era minha vice-presidente, vi mesa queimada, papéis queimados. Mas eu acho que os juizes na sua vida têm sempre de

refletir dos erros e dos acertos.”

A postura de Fux nesta semana seria, mais do que uma virada para um conflito maior com Moraes, a marcação de posições e uma chamada para reflexões sobre detalhes e nuances dos casos em tramitação no Supremo.

O ministro avisou previamente Moraes tanto do pedido de vista do caso de Débora quanto dos questionamentos que faria durante as sessões do recebimento da denúncia.

Moraes respondeu ao colega durante a sessão desta quarta e disse que “não foi uma simples pichação” e que a ré ficou em acampamento e aderiu a uma tentativa de golpe. Na primeira parte do julgamento, Fux foi o único a divergir do relator em parte do conjunto de questionamentos processuais apresentados pelas defesas dos acusados.

Gilmar exclui mineração do debate do Marco Temporal

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu excluir o tema da mineração em terras indígenas dos debates na comissão que busca um acordo sobre a Lei do Marco Temporal. A informação foi dada pelo auxiliar do ministro, o juiz Diego Veras, na abertura da audiência da tarde desta quinta-feira.

De acordo com o juiz, a decisão atende a vários pedidos feitos por integrantes da comissão. A mineração era um dos temas mais controversos da tentativa de conciliação. “Será aberta nova sessão de autocomposição e tudo que diz respeito à mineração está sendo excluído desta minuta”,

afirmou Diego Veras.

A nova comissão será criada no âmbito de uma ação do PP que aponta omissão do Congresso em regular a mineração em terras indígenas e também é relatada por Gilmar. Essa ação havia sido incluída no debate sobre a Lei do Marco Temporal, mas não trata da lei.

A comissão que discute a Lei do Marco Temporal é formada por representantes dos partidos que ajuizaram as ações sobre o tema e também membros da União, Estados e municípios. O objetivo é elaborar um projeto de lei que, se homologado pelo plenário da Corte, será enviado ao Congres-

so para substituir a Lei do Marco Temporal. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), que representa os povos originários na comissão, decidiu deixar o grupo na segunda audiência.

Na audiência realizada nesta quinta-feira, a comissão debateu as propostas apresentadas até agora e busca um texto que reflita um consenso entre os membros. Se não houver acordo, o texto será definido na votação.

A avaliação de integrantes da comissão é que as chances de consenso são baixas e que há chances de nova prorrogação. O atual prazo para conclusão dos trabalhos é 2 de abril.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Pedágio free flow no Brasil

O deputado federal gaúcho Pompeo de Mattos (PDT, foto) manifestou, mais uma vez, sua contrariedade à forma como está sendo implementado o pedágio tipo “free flow” (fluxo livre) no Brasil e, de uma maneira muito especial, no RS. Ele denuncia a falta de transparência, e penalizações excessivas de motoristas.



Armadilha burocrática

Na visão de Pompeo de Mattos, “o que deveria ser uma modernização do sistema de pedágio, na verdade, virou uma armadilha burocrática contra os motoristas, por falta de transparência. Por falta de clareza nas notificações precárias, cidadãos estão tendo que pagar contas cujas dívidas não são suas”, reclama o parlamentar.

Multas em números

Pompeo de Mattos afirmou que “os números por si só mostram a injustiça. No Rio Grande do Sul, 509 mil multas aplicadas desde a sua implementação, ou seja, mais de meio milhão de multas. São R\$ 100 milhões em penalidade financeira, 70 mil multas apenas no mês de janeiro, agora, em um mês de 2025, e cada infração resulta em 5 pontos na CNH”.

Evitar penalização

O deputado apresentou projeto de lei para corrigir as falhas desse sistema e evitar a penalização. As medidas propostas são três: suspensão das multas por 24 meses, garantindo tempo para que os motoristas se adaptem e se adequem ao sistema; perdão das infrações laureada nos últimos 12 meses; corrigindo a injustiça e evitando penalização retroativa, e criação de um sistema unificado de pagamento permitindo que os motoristas consultem e quitem suas pendências de maneira centralizada, sem precisar acessar uma ou outra, ou diversas concessionárias.

Retirada de pontuação na CNH

Pompeo de Mattos defende também a retirada da pontuação na CNH para o não pagamento de pedágio free flow. “Esse modelo de cobrança não tem qualquer sentido, não tem qualquer justificativa, ele é injusto da maneira como está posto. Por isso, queremos deixar muito claro que isso gera uma insegurança jurídica.”

Desproporcional e desleal

“Essa penalização aos condutores com pontos na carteira, simplesmente pelo atraso de pagamento, é desproporcional, desleal, desumana. A retirada das praças de pedágio, nessas praças físicas, ficando somente as virtuais, está enganando os motoristas”, reclama Pompeo de Mattos.

Gaúcho está sendo penalizado

“O gaúcho está sendo penalizado, o gaúcho não é bobo; se nos comprar por bobo, devolve de madrugada, vão ver que o povo gaúcho de bobo não tem nada. Então nós não podemos nos calar”, enfatiza o pedetista. “Do jeito que está”, dispara Pompeo de Mattos, “veio pra enganar, para enganar bobo, não podemos aceitar”.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323